

OF. Nº 254/2019-SF

Brasília, 8 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor  
**PAULO GUEDES**  
Ministro da Economia

Assunto: **Encaminha parecer. Parceria público-privada municipal.**

Senhor Ministro,

Encaminho a Vossa Excelência, cópia do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal sobre o **Ofício “S” nº 6, de 2019**, nº 461/2019 na origem, do Prefeito Municipal de Hortolândia/SP, que encaminha documentação relativa à contratação de parceria público-privada (PPP) para fins de cumprimento ao art. 28 da Lei nº 11.079/2004.

Atenciosamente,



**Senador SÉRGIO PETECÃO**  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Destino: \_\_\_\_\_  
Recebido por: \_\_\_\_\_  
Mat: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_







**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**PARECER Nº 17, DE 2019**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício S nº 6, de 2019 (Ofício nº 461, de 25 de março de 2019, na origem), da Prefeitura de Hortolândia (SP), que *encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicando sobre Parceria Público-Privada para modernização e efficientização da iluminação pública do Município de Hortolândia.*



SF/19696.94613-88

Relator: Senador **ROGÉRIO CARVALHO**

**I – RELATÓRIO**

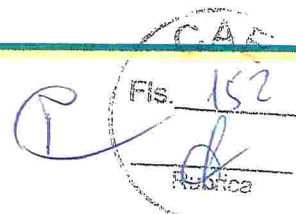
É submetido ao exame desta Comissão o Ofício “S” nº 6, de 2019, da Prefeitura de Hortolândia, Estado de São Paulo, que encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, cópias dos contratos e anexos, dos estudos e das informações relativas à contratação da parceria público-privada (PPP) municipal, sob a modalidade de concessão administrativa, para modernização e efficientização energética do parque de iluminação pública e espaços públicos municipais, bem como a gestão, manutenção e operação do sistema e dos ativos de iluminação pública de Hortolândia (SP).

Nos termos do § 2º do art. 2º da referida Lei nº 11.079, de 2004, a *concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*

A modelagem final do projeto de PPP em exame foi desenvolvida pelas equipes técnicas da Prefeitura e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), após a realização de diversas consultas e audiências públicas. Pretende-se que sejam alcançados os seguintes objetivos com a efetivação dessa PPP:

Página: 1/5 15/04/2019 15:40:44

ce63b8c7a543e4d7be7a52a9051cba7b357222





**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

1. modernização e melhoramento da qualidade da iluminação pública da cidade a partir da implantação de luminárias com tecnologia LED;
2. implantação de sistemas de telegestão e de acompanhamento remoto em todos os pontos que compõem o parque de iluminação pública da cidade;
3. iniciação do processo para concretizar o conceito de *Smart City* (Cidade Inteligente), por meio de uma rede de transmissão de dados viabilizada pelos pontos de iluminação modernizados e conectados em formato de rede;
4. qualificação e obtenção de maior celeridade aos serviços de manutenção e de operação do parque de iluminação e de atendimento ao cidadão;
5. ampliação dos níveis de sustentabilidade de Hortolândia a partir da utilização de novas tecnologias que contribuem para a redução no consumo de energia, com consequente diminuição dos custos com energia elétrica e maior economia de recursos financeiros;
6. obtenção de uma cidade mais iluminada, com impactos positivos no trânsito, na segurança pública e na ocupação dos espaços públicos no período noturno.

A modelagem final da PPP prevê que ela tenha duração de 30 (trinta anos), com valor de contraprestação anual máxima de R\$ 8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais) e com um valor de contrato estimado em R\$ 258.390.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões e trezentos e noventa mil reais), correspondente ao montante global de todos os pagamentos que serão realizados pela administração pública à concessionária ao longo da vigência do contrato.

Vale destacar que, no processado encaminhado ao Senado Federal, constam, entre outros: documentos relativos à Modelagem Econômico-Financeira do projeto, elaborada pela FIPE; o Edital de licitação e seus anexos; e o aviso de Concorrência Pública nº 2, de 2019, publicado no Diário Oficial da União.

São encaminhados ainda informações que tratam do cumprimento, por parte do Município de Hortolândia (SP), dos limites e parâmetros







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

estabelecidos na referida Lei, aspectos esses determinantes do encaminhamento dos documentos da presente PPP a esta Casa.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos, onde fui designado relator em 3 de abril de 2019.

### II – ANÁLISE

Na forma do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

A Lei nº 11.079, de 2004, instituiu normas gerais para licitação e contratação de PPP no âmbito da administração pública. Em seu art. 28, determinou-se que os estados, o Distrito Federal e os municípios que contratarem empreendimentos, por intermédio de PPP, encaminharão ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para a verificação do cumprimento dos limites e parâmetros nele estabelecidos.

Do ponto de vista das finanças públicas, as PPP envolvem contraprestações financeiras que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado. A propósito, em conformidade com a autonomia política, financeira e administrativa constitucionalmente assegurada aos entes da Federação, o controle de suas repercussões sobre as finanças públicas estaduais e municipais não compete ao Senado Federal, mas sim aos próprios entes.

Portanto, para esta Casa, as PPP dos entes subnacionais não diferem de outros atos que os levem a criarem despesas permanentes ou a expandirem os serviços prestados diretamente. Assim, uma vez constituídas as novas despesas, cabe aos tesouros dos governos envolvidos proverem, nos exercícios subsequentes, a adequada cobertura orçamentária.

Nesse contexto, não compete ao Senado Federal aprovar ou não as contratações de PPP pelos entes subnacionais.

Todavia, no caso específico das despesas permanentes oriundas das PPP, entendeu-se, nos termos definidos na referida lei que as regulamenta, que a



SF/19696.94613-88

Página: 3/5 15/04/2019 15:40:44

963b8c7a543e4d7be7a52a9051cba7b357222



*Assinatura manuscrita*





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

elas deveriam ser aplicados limites, por considerá-las como uma forma indireta e assemelhada de endividamento público. Elas comprometem, e de forma continuada, por um longo período, as receitas do setor público.

Ressalte-se, justamente pela capacidade que as PPP têm de elidir o monitoramento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Senado Federal e do Conselho Monetário Nacional, que são instâncias que tratam do endividamento público, a Lei nº 11.079, de 2004, em seu art. 28, fixou limites prudenciais de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) com as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto de PPP contratado.

Assim, o total das despesas realizadas com o conjunto de PPP já contratado pelo ente, em um ano anterior ao do exercício em curso, não pode ter excedido a 5% (cinco por cento) da RCL projetada para esse mesmo exercício. As despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes tampouco podem exceder a 5% (cinco por cento) da RCL projetada para os respectivos exercícios. A extrapolação de qualquer uma dessas limitações veda a concessão de garantia e a realização de transferência voluntária pela União à unidade federativa concedente do serviço público.

O Ofício "S" nº 6, de 2019, ora analisado, cumpriu a exigência de informar esta Casa acerca da contratação, pelo Município de Hortolândia, da parceria acima referida e do seu impacto no orçamento do Município.

Para tanto, o Município de Hortolândia disponibilizou as informações acerca das projeções do impacto orçamentário da PPP a ser contratada sobre sua receita corrente líquida. Trabalhando com valores arrecadados em 2018 e orçados para 2019, as projeções foram realizadas com previsão de crescimento real de 1,1% a partir de 2020. Com essas hipóteses, as estimativas apresentaram níveis consideráveis de conforto na observância dos limites, concluindo-se, sem prejuízo da competência da STN para averiguar a capacidade de endividamento e de recebimento de transferências voluntárias dos entes federados, pelo enquadramento do Programa de PPP do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, nos limites estabelecidos no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

Em suma, os estudos, as informações e os demonstrativos então disponibilizados pelo município trataram, além de outros aspectos, do impacto das despesas envolvidas na PPP do município, ainda em processo de contratação,







## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

e demonstraram, de forma preliminar, como enfatizado, que o município atende as exigências do art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 – Lei das Parcerias Público-Privadas.

Ressalte-se que os referidos limites não são empecilhos a que estados e municípios continuem a contratar novas PPP. Trata-se, tão somente, de desestimular eventuais excessos pelos atuais gestores públicos, em prejuízo da gestão orçamentária dos futuros governos estaduais e municipais.

Dessa forma, os pareceres desta Comissão sobre a matéria buscam, fundamentalmente, conhecer o comprometimento das receitas públicas disponíveis com despesas em PPP e, em cumprimento à determinação expressa no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, estar ciente sobre a existência de impedimentos à concessão de garantia e à realização de transferências voluntárias da União a estados e municípios. Tomado conhecimento da matéria, o parecer concluirá pelo seu arquivamento, com o envio de cópia da deliberação correspondente à STN.

### III – VOTO

Diante do exposto, manifesto meu voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 6, de 2019, pela Comissão de Assuntos Econômicos e seu posterior arquivamento, bem como pela comunicação desta decisão ao Ministério da Economia.

Sala da Comissão, 7 de maio de 2019.

, Presidente

, Relator



SF/19696.94613-88

Página: 5/5 15/04/2019 15:40:44

9a963b8c7a543e4d7be7a52a9051cba7b357222







**LISTA DE POSTAGEM**

**Nº da Lista:** 210232152      **Remetente:** Sen. Sérgio Petecão - 1º Secretário do SF      **Telefone:** 6133034077  
**Contrato:** 9912270380      **Cliente:** SEN FED DIRETORIA GERAL  
**Cód Adm.:** 10440739      **Endereço:** Praça dos Três Poderes - Ed. Principal, 1º andar, s/n - Zona Cívico-  
**Cartão:** 0069914206      Brasília/DF - CEP: 70165900

Nº do Objeto	CEP	Peso	AR	MP	VD	V. Declarado	N. Fiscal	Serviço
BI823211526BR	70048900	0	S	N	N	R\$ 0,00	0	10065 - CARTA COM L A FATURAR CHANCELA

**Destinatário:** Paulo Guedes

**Quantidade de Objetos:** 1

Data de fechamento: 09/05/2019

**APRESENTAR ESTA LISTA EM CASO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES**Estou ciente do disposto na cláusula terceira do contrato de prestação de Serviços.  
*Luiza Arruda Costa*  
Matrícula 211300

Coordenação de Apoio Logístico e Operacional

**ASSINATURA DO REMETENTE**

Obs: 1ª via Unidade de Postagem e 2ª via Cliente

**Carimbo e Assinatura / Matrícula dos Correios**



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Ag: 10300554 - AC SENADO  
BRASILIA - DF  
CNPJ .... 34028316578377 Ins Est : 0733382100205

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente..... SENADO FEDERAL  
CNPJ/CPF ..... 00530279000115  
Contrato... 9912270580 Cod Adm : 10440739  
Cartao... : 69914206

Movimento 09/05/2019 Hora : 14:55:12  
Caixa..... 91576611 Matricula.. : 81330871  
Atendimento 00027  
Modalidade.. A Faturar ID Tiquete.. : 1640945166

DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO(R\$)
CARTA COM L. A FATURA	1	15,25+
Valor do Porte(R\$) ..	3,75	
Cep Destino: 70048-900 (DF)		
Peso real (g).....	90	
Peso Tarifado ...	0,090	
OBJETO ...	B08232195208R	

PE - 4 ED - S ES - N  
AVISO DE RECEBIMENTO: 5,75  
REGISTRO NACIONAL : 5,75  
Destinatario.. : Paulo Guedes  
Não houve opção pelo serviço Não Própria.  
O objeto poderá ser entregue no endereço  
indicado, a quem se apresentar para  
recebê-lo

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 15,25

Valor Declarado não solicitado(R\$)  
No caso de objeto com valor,  
utilize o serviço adicional de valor declarado.

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.  
ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.  
ES - Entrega sábado - Sim/Não.  
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima  
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante  
apresentação de fatura. Os valores constantes  
deste comprovante poderão sofrer variações de  
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:  
Ass. Responsável: .....

SERV. POSTAIS- DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!  
Baixe o APP de Pré-Atendimento dos Correios  
PROCON-DF(151) Versão 2000, BL B-60 s/240.  
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete  
deste comprovante, para eventual contato com  
os Correios.

VIA-CLIENTE

SARA 7.9.00



